

ACESSIBILIDADE DIGITAL E SEUS REFLEXOS NO EXERCÍCIO DO DIREITO À EDUCAÇÃO SUPERIOR POR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

BRUNA FLORES PRATES¹; VALMÔR SCOTT JR²

Universidade Federal de Pelotas; CAPES – brunafloresprates@gmail.com

Universidade Federal de Pelotas – valmorscottjr@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 – CF/88 ao abordar o direito social à educação, disciplina-o como direito de todos, sem distinção de qualquer natureza (BRASIL, 1988), sendo que, no que tange às pessoas com deficiência - PcDs, a Lei Brasileira de Inclusão – LBI, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, prevê que a educação constitui direito da PcD (BRASIL, 2015), sendo necessário promover uma educação inclusiva, por meio da implementação adequada e pertinente de recursos de acessibilidade, com a devida observância de suas dimensões, as quais perpassam diversos segmentos, desde a comunicação até as atitudes.

Para que se compreenda a relevância que a acessibilidade tem no cotidiano das PcDs, faz-se necessário entender o que o termo acessibilidade contempla, sendo que a acessibilidade se refere à possibilidade de acesso e utilização de diversos espaços, informações, comunicações e tecnologias por pessoas com deficiência, com segurança e autonomia (BRASIL, 2015). Ainda, tendo em consideração o âmbito digital, a acessibilidade diz respeito à possibilidade desses sujeitos usufruírem de plataformas e recursos virtuais em igualdade de condições com os demais usuários (TORRES; MAZZONI; ALVES, 2002; LEITE; LUVIAZOTTO, 2017).

Nesse sentido, ao considerar o contexto atual, em que se verificam constantes e velozes transformações tecnológicas, as quais ocasionam um intenso processo de digitalização das práticas sociais, em especial no que se refere ao direito à educação, a acessibilidade digital emerge como importante fator de inclusão e participação social dos indivíduos, destacando-se as PcDs, dado que o universo virtual abre espaço para o desenvolvimento e utilização, de forma célere e facilitada, de uma diversidade de ferramentas que contribuem de modo significativo à promoção da acessibilidade a esses sujeitos, favorecendo o desempenho de diversas atividades, especialmente as acadêmicas.

Dessa forma, mostra-se extremamente necessário refletir acerca de como tem ocorrido o processo educativo em meio virtual oferecido pelas instituições de educação superior e, nesta pesquisa, em especial, no que se refere aos estudantes com deficiência e o adequado atendimento de suas especificidades.

2. METODOLOGIA

A pesquisa configura-se como qualitativa e tem por intuito de compreender a realidade da acessibilidade digital às pessoas com deficiência, bem como seus impactos quanto ao exercício do direito à educação superior por esses sujeitos.

No que tange aos procedimentos, inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica com o intuito de alcançar uma maior compreensão teórica que dialogue com os resultados, com enfoque na acessibilidade digital e sua implementação, principalmente, no que concerne à educação superior.

Posteriormente, serão efetuadas entrevistas semiestruturadas presenciais com estudantes com deficiência (em curso e egressas/os) da Faculdade de Direito, da Universidade Federal de Pelotas/UFPEl realizadas em sala da Faculdade de Direito/UFPEl ou em outro prédio da instituição acessível à pessoa a ser entrevistada, a qual versará sobre a implementação de recursos de acessibilidade digital, exercício do direito à educação superior por estudantes com deficiência, e adequação ao processo educativo.

Aplicados os instrumentos de entrevista, passa-se à análise das respostas por meio do emprego das técnicas de análise documental (LAKATOS; MARCONI, 2009) e de análise de conteúdo (BARDIN, 2011), de forma a compreender a percepção dos entrevistados no que diz respeito aos efeitos da acessibilidade digital no tocante ao processo educativo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente pesquisa tem como objetivo: compreender o atual cenário no que tange à acessibilidade digital às pessoas com deficiência enquanto instrumento ao exercício do direito à educação superior por pessoas com deficiência. Para tanto, realizou-se um consistente levantamento teórico com base em diversas obras, como, por exemplo, dissertação produzida pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CAVALCANTE, 2022) e tese produzida no âmbito do Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (SOUZA, 2023), bem como em diversos artigos acerca da temática em estudo (TORRES; MAZZONI; ALVES, 2002); (SASSAKI, 2005); (LEITE; LUVIAZOTTO, 2017); (PIMENTEL; PIMENTEL, 2020); (SANTOS; SOFIATO, 2023); (SANTOS; CAZUZA; ALEIXO, 2023).

Considerando-se que a presente pesquisa está em andamento, inicialmente foi realizada uma pesquisa exploratória com o intuito de alcançar maior compreensão acerca do atual panorama no que se refere à acessibilidade digital às pessoas com deficiência como elemento relevante ao pleno e equitativo exercício do direito social à educação superior por essas pessoas.

Destaca-se que, no decorrer da pesquisa, restou demonstrado que a tecnologia provoca profundas transformações sociais e educacionais, o que proporciona importantes oportunidades de acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência, pois as TICs proporcionam diferentes oportunidades de aprendizagem, possibilitando o desenvolvimento de habilidades de forma interativa, favorecendo que os estudantes com deficiência participem de forma ativa das atividades e vivências acadêmicas com autonomia (SANTOS; SOFIATO, 2023).

Assim, resta evidente a necessidade de promover um ambiente digital que atenda a todos, observadas as necessidades e especificidades, devendo-se considerar os estudantes com deficiência enquanto agentes do processo educativo, sendo necessário garantir a esses sujeitos uma educação de qualidade, atenta às condições e potencialidades de cada estudante.

4. CONCLUSÕES

Ao se abordar temáticas relacionadas às pessoas com deficiência, discutir acerca de aspectos concernentes à acessibilidade e inclusão, mostra-se

imprescindível, tendo em vista a extrema relevância de tais temáticas no cotidiano das pessoas com deficiência, sendo elementos indispensáveis ao exercício de todo e qualquer direito por essas pessoas, destacando-se o direito à educação superior. Sendo assim, a acessibilidade emerge como fator indispensável ao pleno exercício do direito à educação superior por estudantes com deficiência, na medida em que é através de sua implementação que o direito à educação estará ao alcance das PcDs, devendo-se buscar promover a acessibilidade em todas as suas dimensões, com especial atenção à acessibilidade digital.

No atual cenário de profundas transformações tecnológicas, a acessibilidade digital surge como fator relevante por possibilitar o acesso e desenvolvimento de diversos recursos de acessibilidade, os quais contribuem significativamente para a aprendizagem dos alunos, notadamente os estudantes com deficiência, ao proporcionar que as atividades sejam ofertadas em uma diversidade de formatos, o que provoca melhora no atendimento às especificidades educacionais desses sujeitos, favorecendo, assim, a construção de um processo educativo acessível, equânime e atento às diferenças.

Assim, ao considerar as plataformas digitais de educação, merecem atenção a acessibilidade e observância da diferença em cada etapa do processo, de modo a contemplar as múltiplas especificidades, desde o planejamento, a elaboração, e a implementação de tais plataformas, levando em conta as diferentes especificidades motoras, visuais, auditivas, intelectuais, culturais ou sociais, pois somente dessa forma a acessibilidade digital estará contemplada e atenderá de maneira satisfatória aos estudantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Senado Federal, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 18 set. 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 2011.

CAVALCANTE, Raquel Amorim de Souza. **Acessibilidade digital enquanto Direito Humano**: diálogos sobre a usabilidade de dispositivos e de estratégias acessíveis com pessoas com deficiência. 2022. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LEITE, Flávia Piva Almeida; LUVIZOTTO, Caroline Krauz. Participação, acessibilidade digital e a inclusão da pessoa com deficiência. **CONPEDI LAW REVIEW**. Braga – Portugal, v. 3, n. 2, p. 240 – 261, jul/dez 2017. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/conpedireview/article/view/3718/0>. Acesso em: 15 set. 2024.

PIMENTEL, Susana Couto; PIMENTEL, Mariana Couto. Acessibilidade como um direito fundamental: uma análise à luz das leis federais brasileiras. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, Santa Maria, RS, v. 13, n. 1, p. 75-102, abr. 2018. ISSN 1981-3694. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/27961>. Acesso em: 15 set. 2024. doi: <http://dx.doi.org/10.5902/1981369427961>.

SANTOS, L. dos; SOFIATO, C. G. TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o uso de recursos educacionais digitais (REDs). **Revista Exitus**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. e023072, 2023. DOI: 10.24065/re.v13i1.2517. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/2517>. Acesso em: 15 set. 2024.

SANTOS, R. M. dos; CAZUZA, E. dos S.; ALEIXO, F. . TDIC E EDUCAÇÃO: desafios e possibilidades na prática pedagógica. **Revista Exitus**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. e023064, 2023. DOI: 10.24065/re.v13i1.2528. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/2528>. Acesso em: 15 set. 2024.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: o paradigma do século 21. **Revista Inclusão: Revista da Educação Especial**. ano I, n.1, p.19-23, out., 2005.

SOUZA, Izadora Martins da Silva de. **Inclusão, Participação e Acessibilidade Digital para a Pessoa com Deficiência**. 2023. 199p. Tese (Doutorado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2023.

TORRES, E. F.; MAZZONI, A. A.; ALVES, J. B. DA M.. A acessibilidade à informação no espaço digital. **Ciência da Informação**, v. 31, n. 3, p. 83–91, set. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/gPYYvnFkpFYfJGmqpVgk8HF/?lang=pt>. Acesso em 17 set. 2024.